

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO

EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

2018

EFEITOS DOS GASTOS
DOS VISITANTES EM 2017



República Federativa do Brasil

Michel Miguel Elias Temer Lulia - Presidente

Ministério do Meio Ambiente

Edson Duarte - Ministro

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Presidente

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)

Ricardo Brochado Alves da Silva - Diretor

Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP)

Pedro de Castro da Cunha e Menezes - Coordenador Geral

Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST)

Paulo Eduardo Pereira Faria - Coordenador

Coordenação de Concessões e Negócios (CONCES)

Larissa Moura Diehl - Coordenadora

Divisão de Parcerias (DPAR)

Carla Cristina de Castro Guitanele - Chefe de Divisão

Projeto Gráfico/Diagramação

Celise Duarte

Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira

Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza¹, Helenne Barbosa Simões²

1 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, PhD

2 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Souza, T. V. S. B.; Simões, H. B.; (2018). Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília

Agradecimentos

Paola Vieira Ribeiro, Gestora do Parque Nacional da Serra da Canastra; Cíntia Maria da Câmara Brazão, Gestora do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; Ernesto Viveiros de Castro, Gestor do Parque Nacional da Tijuca; Camila Rodrigues, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Denise Imori, Universidade de São Paulo / Secretaria de Logística e Transporte do Estado de São Paulo; Loren Nascimento, Coordenação de Concessões e Negócios - CONCES/ICMBio; Brain Child, Universidade da Flórida; Wen Chang, US Army Corps do Engineers; Gustavo Rodrigues, Coordenador-Geral de Finanças e Arrecadação - CGFIN/ICMBio.

Acesse o artigo na íntegra no site do ICMBio

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente
2018



SUMÁRIO

Apresentação	6
Introdução	7
Resumo	8
Visão geral da análise de efeitos econômicos	9
Efeitos econômicos do turismo	10
Coleta de dados e métodos	11
Resultados	13
Limitações	17
Referências	18
Anexo	19

SIGLAS

UC - Unidade de Conservação

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MGM - Money Generation Model

PIB - Produto Interno Bruto

I-O - Insumo-Produto

TEMPA - Tourism Economic Model for Protected Areas



APRESENTAÇÃO

Em 2018, o ICMBio completa 11 anos. Muito já foi feito mas há muito a se fazer ainda no objetivo de cumprirmos nossa missão de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. É um desafio de grandes proporções pois, as 335 Unidades de Conservação (UCs) Federais estão distribuídas em todos os estados brasileiros, totalizando cerca de 9,1% do território terrestre nacional e 24,4% do bioma marinho costeiro. Essas áreas conservam uma rica biodiversidade com patrimônios naturais, históricos e culturais, além de garantirem o meio de vida de muitos brasileiros que moram nas unidades ou no seu entorno.

Ainda temos um grande desafio na valoração dos impactos econômicos decorrentes da implementação das unidades de conservação brasileiras. Os números do sistema, apurados em 2017, são superlativos: as UCs federais são o lar de quase 60 mil famílias extrativistas; 5,2 mil voluntários apoiando nas mais diversas frentes de trabalho; estamos atingindo a marca de um milhão de hectares de florestas nacionais em regime de concessão, que produziram aproximadamente 170 mil m³ de madeira; cerca de cinquenta mil pesquisadores têm trabalhado nas UCs, 1250 brigadistas apoiando no combate a incêndios florestais e superamos a marca de 10 milhões de visitantes. Agora, o presente relatório começa a delinear que, além da importância natural e social, nossas UCs também tem estratégica relevância econômica para o Brasil.

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro
Presidente do ICMBio

Muito trabalho ainda precisa ser feito, mas reconhecemos que os bons resultados alcançados no ano de 2017 são frutos da dedicação dos servidores do ICMBio, além das parcerias com iniciativa privada, sociedade civil organizada, voluntários e outros órgãos. A sociedade brasileira, de maneira geral, tem se engajado na defesa e proteção dos recursos naturais. Assim, nos sentimos fortalecidos nessa missão de conservar a imensa riqueza do patrimônio natural brasileiro, considerando o tamanho do país, nossa megabiodiversidade e a diversidade sociocultural.

Apresentamos o segundo relatório de contribuições econômicas do turismo em unidades de conservação (UCs) federais. O relatório quantifica a importância econômica para o Brasil desse serviço ambiental promovido pelas UCs. A análise prova, com números, que as áreas protegidas são vetores do desenvolvimento econômico, uma vez que as despesas com conservação e recreação investidas nas UCs resultam em geração de empregos, renda e PIB para o Brasil. Vale ressaltar que muitas UCs estão localizadas em regiões rurais e remotas onde os impactos econômicos dos gastos de visitantes têm efeito mais forte ainda para as comunidades locais na geração de fontes alternativas de renda e redução da pobreza.

Ricardo Brochado Alves da Silva
Diretor da DIMAN

INTRODUÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável por manejar 335 unidades de conservação (UC) que abrangem cerca de 78 milhões de hectares terrestres e 89 milhões de hectares marinhos. Grande parte dessas áreas administradas pelo ICMBio servem como destinos recreativos para visitantes de todo o País e de outras partes do mundo.

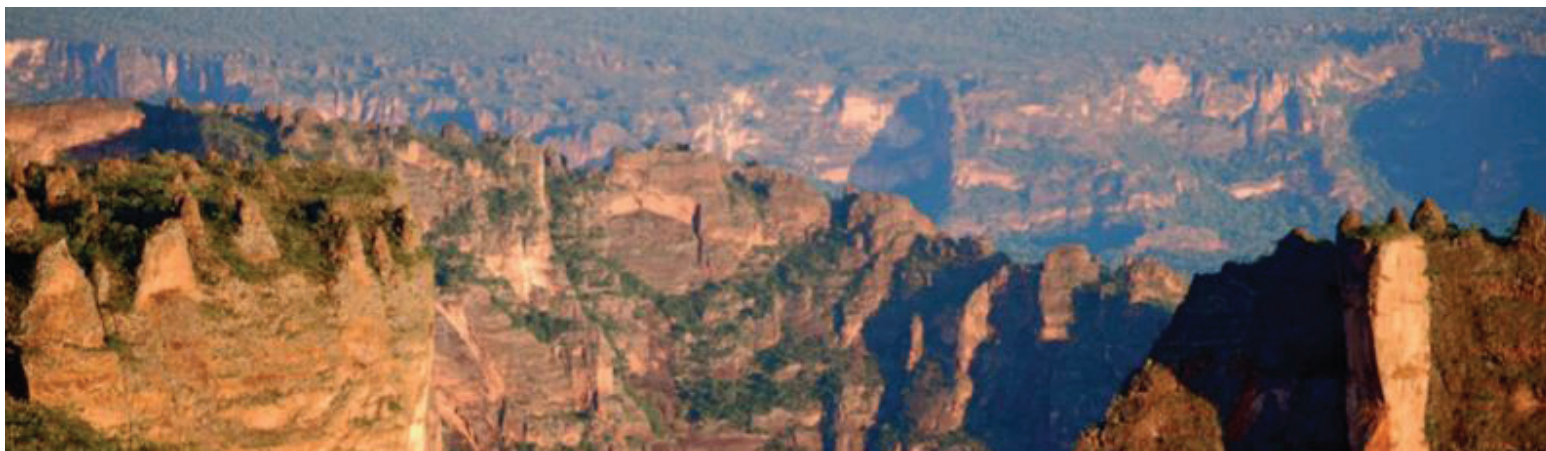
Em férias ou em passeios de um dia, os visitantes gastam tempo e dinheiro nas comunidades de acesso aos parques. A despesa dos visitantes gera e mantém considerável atividade econômica nas comunidades de acesso às UC.

Para que a sociedade brasileira tome conhecimento da importância econômica desse serviço ambiental prestado pelas unidades de conservação, o ICMBio mediu e está divulgando, pelo segundo ano consecutivo, os gastos dos visitantes e seus efeitos econômicos.

O estudo é baseado no Tourism Economic Model for Protected Areas (TEMPA) (Souza et al., 2018), uma adaptação da metodologia Money Generation Model (MGM2) (Stynes et al., 2000), desenvolvida pelo Serviço de Parques Americano. TEMPA trás modificações para tratar de questões específicas de países em de-

envolvimento como o Brasil. Este relatório fornece estimativas associadas à visitação em UC do ICMBio em 2017. O objetivo é informar tomadores de decisão, administradores, comunidades locais e o público em geral que as UC não são importantes apenas para a conservação, mas também como vetores de desenvolvimento sustentável gerando emprego e renda.

Este ano, o relatório apresenta alguns avanços metodológicos e de qualidade dos dados perante o anterior. Ele inicia apresentando uma visão geral dos estudos de efeitos econômicos, seguida de uma descrição dos dados e métodos utilizados para a análise. O número de UCs que monitoraram a visitação subiu de 62 para 102 em 2017. As estimativas de despesa dos visitantes foram aperfeiçoadas com a inclusão do Parque Nacional da Serra da Canastra na classe de uso extensivo. Os resultados apresentam, em planilhas separadas, as contribuições e os impactos econômicos gerados localmente por cada UC. As contribuições são apresentadas em nível local, estadual e nacional. O relatório conclui com uma descrição das atuais limitações de dados. As estimativas de gastos e efeitos das UCs avaliadas são apresentadas nos apêndices.



RESUMO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) gerencia os destinos mais belos da nação que atraem milhões de visitantes nacionais e estrangeiros. Os gastos dos turistas geram e mantêm considerável atividade econômica nas comunidades de acesso às UCs. Este estudo mede os efeitos econômicos decorrentes da circulação do dinheiro gasto pelos visitantes que geram negócios e, conseqüentemente, empregos e renda.

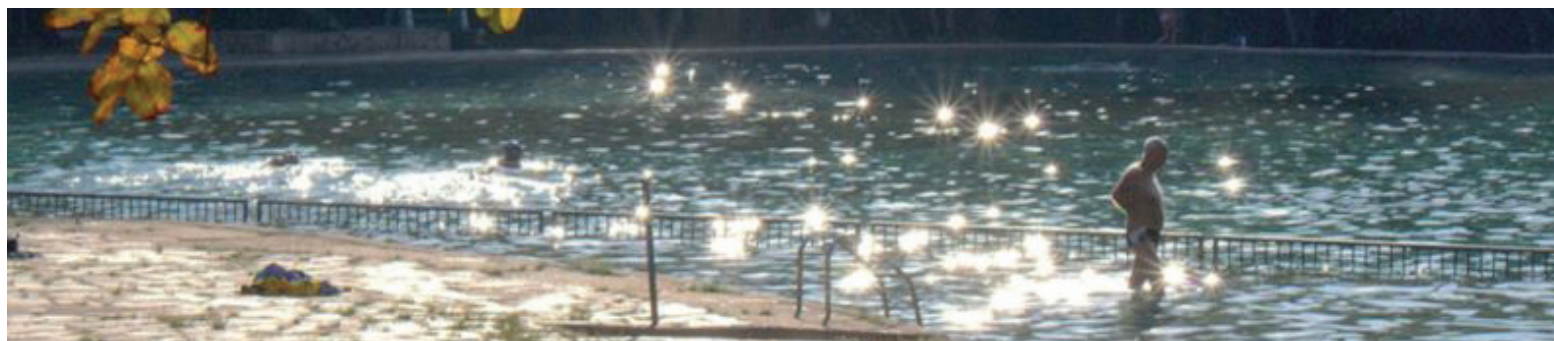
O ICMBio vem melhorando seus esforços de monitoramento da visitação. O número de UCs que informaram visitantes subiu de 62 para 102 em 2017. Além do aumento no número de unidades, aquelas que já informavam visitantes, tiveram um crescimento real de mais de 30%. Esse crescimento é fruto do trabalho do instituto em oferecer mais atrativos, trilhas, atividades e serviços para a sociedade. A visitação em UC estabeleceu um novo patamar em 2017 com mais de 10,7 milhões de visitas, um aumento de 30% (2,5 milhões de visitas) em relação ao recorde anterior de 8,2 milhões, em 2016. Cabe destacar que o Parque Nacional do Iguaçu recebeu mais de 1,7 milhões de visitantes e da Tijuca, 3,2 milhões.

Os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios de acesso às UCs. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 80

mil empregos, R\$ 2,2 bilhões em renda, R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 8,6 bilhões em vendas. O setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta, com R\$ 613 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 432 milhões. Esse ano, o estudo apresenta também a geração de impostos decorrentes apenas dos efeitos sobre as vendas diretas e a remuneração. Assim, foram gerados, em nível municipal, um total de R\$144 milhões; em estadual, R\$ 492 milhões e em federal, R\$ 268 milhões; totalizando R\$ 905 milhões em impostos.

A análise mostrou que cada real investido no ICM-Bio produziu R\$ 7 em benefícios econômicos para o Brasil. O estudo reforçou que os impactos econômicos do turismo afetam diretamente a gestão das UCs e os empreendimentos turísticos, mas afetam também, indiretamente, outros tipos de negócios e comunidades locais.

Os resultados destacam a importância do turismo nas UCs e nas regiões adjacentes. Investimentos adicionais em uso público em UC estimularão o crescimento da visitação e, conseqüentemente, a expansão das economias locais, gerando benefícios para as comunidades locais e assegurando o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos.



VISÃO GERAL DA ANÁLISE DE EFEITOS ECONÔMICOS

Os turistas que visitam UC gastam dinheiro nas localidades do entorno, gerando emprego e renda nas economias locais. Economias são complexas redes de consumidores e produtores interagindo, onde bens produzidos por um setor da economia se tornam insumos para outro e, os bens produzidos por esse outro setor, também podem se tornar insumos para um terceiro setor. Assim, uma alteração na demanda final por um bem ou serviço pode gerar um efeito multiplicador em toda a economia, uma vez que as empresas compram insumos umas das outras. Por exemplo, quando turistas visitam uma UC, gastam dinheiro para comprar vários bens e serviços na região. As vendas, rendimentos e empregos resultantes das transações feitas diretamente aos empreendimentos turísticos locais representam os efeitos diretos da despesa dos visitantes dentro da economia. Por sua vez, os estabelecimentos turísticos

devem comprar insumos de outras indústrias fornecedoras (como produtos para um restaurante), criando os efeitos indiretos adicionais decorrentes das despesas dos visitantes dentro da economia. Além disso, funcionários de empreendimentos turísticos e de fornecedores também gastam seus rendimentos na economia local para comprar bens e serviços, gerando os efeitos induzidos. As somas dos efeitos indiretos e induzidos são considerados os efeitos secundários dos gastos dos visitantes e, as somas dos efeitos diretos e secundários são o efeito econômico total da despesa do visitante em uma economia local. As Matrizes Econômicas de Insumos-Produtos capturam essas interações complexas entre produtores e consumidores de uma região específica e descrevem os efeitos secundários da despesa dos visitantes por meio de multiplicadores econômicos específicos (Cullinane et al., 2016).



EFEITOS ECONÔMICOS DO TURISMO

Os efeitos econômicos do turismo para as economias locais são estimados por meio do cálculo das despesas dos visitantes por multiplicadores econômicos regionais. Duas métricas econômicas: contribuições econômicas e impactos econômicos, são possíveis de serem realizadas:

-Contribuições econômicas descrevem a atividade econômica bruta associada às despesas dos visitantes dos parques dentro de uma economia regional. As contribuições econômicas podem ser interpretadas como a magnitude relativa e a importância para as economias regionais da atividade econômica gerada pelos gastos dos visitantes. As contribuições econômicas são estimadas multiplicando o gasto total dos visitantes, por multiplicadores econômicos regionais. O total de gastos inclui aqueles feitos por visitantes locais e não-locais (aqueles que vêm de outros municípios).

-Impactos econômicos descrevem as mudanças líquidas na base econômica de uma economia regional que podem ser atribuídas ao ingresso de dinheiro novo vindo de visitantes não-locais. As estimativas de impacto econômico incluem apenas gastos com visitantes não-locais. A despesa feita por visitantes locais é excluída porque, em teoria, se os visitantes locais escolherem não visitar o parque, provavelmente gastariam uma quantidade similar dentro da economia local em outras atividades recreacionais. Os impactos econômicos podem ser interpretados como a arrecadação que, provavelmente, seria perdida pelo município caso a UC não existisse.

Para estas duas métricas, são descritos cinco tipos de efeitos econômicos regionais:

1. As vendas são negócios dentro da região para os visitantes.

2. Os empregos correspondem ao número de postos de trabalho gerados e mantidos pelas despesas turísticas. Os efeitos consideram trabalhos em tempo integral, tempo parcial e/ou sazonais.

3. A remuneração refere-se ao rendimento do proprietário e aos salários dos funcionários.

4. O valor agregado mede a contribuição das despesas dos visitantes para o Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia regional. O valor agregado é igual a diferença entre o valor de venda e o custo de produção do produto.

5. Impostos correspondem a todo valor gerado em tributos em nível municipal, estadual e federal oriundos das vendas

O conceito de Regiões Econômicas é utilizado para definir a abrangência dos efeitos econômicos dos gastos dos visitantes. Para isso, é necessário definir espaços territoriais apropriados em torno de cada unidade de conservação. Para o propósito desta análise, a região local foi definida como os municípios que oferecem acesso turístico à unidade, mais outros adjacentes que são utilizados para pernoite dos visitantes. Somente os gastos que ocorrem nessas áreas regionais são incluídos para efeito econômico.

COLETA DE DADOS E MÉTODOS

Três dados diferentes são necessários para estimar os efeitos econômicos do gasto dos visitantes (Stynes et al., 2000):

Efeitos Econômicos = Número de Visitantes x Gastos dos Visitantes x Multiplicadores

Os dados foram coletados por diferentes esforços do ICMBio e os resultados são apresentados em nível nacional. Devido a sua ampla utilização nos Estados Unidos e outros países, a metodologia TEMPA (Souza et al., 2018) foi escolhida para calcular as contribuições econômicas das UCs para a economia brasileira. As fontes de dados e os métodos usados para estimar os efeitos econômicos resultantes são descritos a seguir:

A - Número de Visitantes

As UCs informam, mensalmente, o número de visitantes para a sede do ICMBio, em Brasília, que faz a compilação dos dados. A visitação é permitida em todas as categorias de UC quando consideramos as atividades de educação ambiental. No entanto, das 335 UC atuais, apenas 104 relataram visitação em 2017, demonstrando um aumento de 42 novas áreas quando comparada com o estudo anterior do ano de 2015. Os números de visitantes apresentados no Relatório de Gestão do ICMBio de 2017 foram utilizados nessa análise (ICMBio, 2018). A visitação é medida pelo número de vezes que alguém entra na respectiva UC.

B - Gastos dos Visitantes

As UCs que reportaram visitantes em 2017 foram agrupadas em três categorias para definição de perfil de gastos dos turistas, segundo suas classes de uso recreativo (Souza, 2016). As três classes são: Uso Extensivo, Uso Intensivo, Uso Altamente Intensivo.

1 - UC de Uso Extensivo são localizadas em destinos turísticos de atratividade regional e oferecem alguma estrutura de hospedagem, alimentação e serviços públicos. Em geral, a partir de uma metrópole, é necessário deslocamento aéreo, seguido de terrestre, entre uma a duas horas, para se chegar ao destino. Geralmente, a UC possui um atrativo bem conhecido ou os visitantes estão na região por diversos interesses. A UC oferece infraestrutura básica como trilhas, banheiros, acampamentos e centro de visitantes rústicos.

2 - UC de Uso Intensivo estão em destinos turísticos nacionais consolidados ou próximos a grandes centros urbanos. Estes destinos geralmente oferecem hospedagem de uma a cinco estrelas, grande variedade de restaurantes e lanchonetes, além de boa infraestrutura com lojas, postos de combustível, agências de turismo, hospitais, etc. O acesso é fácil e rápido por meio de voos regulares e estradas pavimentadas ou duplicadas. Em média, a unidade oferece boa infraestrutura e variedade de serviços.

3 - UC de Uso Altamente Intensivo estão em destinos turísticos que atraem muitos visitantes nacionais e internacionais. Estes destinos oferecem hospeda-

gem de uma a cinco estrelas, grande variedade de restaurantes e lanchonetes, além de boa estrutura com lojas, postos de combustível, agências de turismo, hospitais, etc. O acesso é fácil e rápido por meio de voos regulares e estradas duplicadas. A UC é um dos atrativos principais, mas o destino oferece uma ampla variedade de outras atrações. A UC possui infraestrutura completa e serviços concessionados.

Para cada grupo, foi selecionada uma unidade para coleta de dados de perfil de gastos dos visitantes. Para representar o perfil de gastos de visitantes em UC de Uso Extensivo foram coletados dados no Parque Nacional da Serra da Canastra. Para as UC de Uso Intensivo foi escolhido o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e para as de Uso Altamente Intensivo, coletou-se dados no Parque Nacional da Tijuca. Para mais informações a respeito dos levantamentos veja Souza (2016).

C - Multiplicadores

Os índices nacionais e os multiplicadores foram obtidos a partir do Sistema de Matrizes de Insumo-Produto (I-O) para o Brasil 2013 - 68 setores (Guilhoto, 2015). Os dados foram formulados a partir das Contas Nacionais com base nas metodologias descritas em Guilhoto et al. (2005) e Guilhoto et al. (2010). A premissa é que a economia nacional não teve mudanças significativas entre o ano da tabela I-O (2013) e o ano da pesquisa dos gastos do visitante (2017). Apenas os coeficientes de emprego foram ajustados

com o Índice de Preços Geral do Mercado (IGP-M) do período entre 2013 - 2017. Uma matriz incluindo as despesas das famílias foi desenvolvida para calcular os multiplicadores de Tipo II (Souza, 2016). Os multiplicadores de Tipo II foram utilizados para calcular efeitos secundários (indiretos e induzidos).

Foram utilizadas cinco regiões econômicas para definição de multiplicadores. Foram consideradas Regiões Rurais, as áreas com população menor que 10.000 habitantes; Pequenas Regiões Metropolitanas, as áreas com população entre 10.001 e 50.000; Grandes Regiões Metropolitanas, aquelas variando entre 50.001 e 500.000; Multiplicadores Estaduais, as que apresentaram população maior de 500.000 e para o cálculo de contribuições estaduais e Multiplicadores Nacionais para as contribuições nacionais.

Como premissas tributárias, foram considerados, por representarem as receitas de venda de produtos e serviços, o PIS/COFINS (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto Sobre Serviços) para as esferas federal, estadual e municipal, respectivamente. As alíquotas do PIS/COFINS foram de 1,65% e de 7,60%, totalizando 9,25%. Para o cálculo dos impostos nos estados foi utilizada uma média do ICMS, principal tributo estadual, chegando-se à alíquota de 17%. Em nível municipal foi aplicada uma alíquota de 5% do ISS.



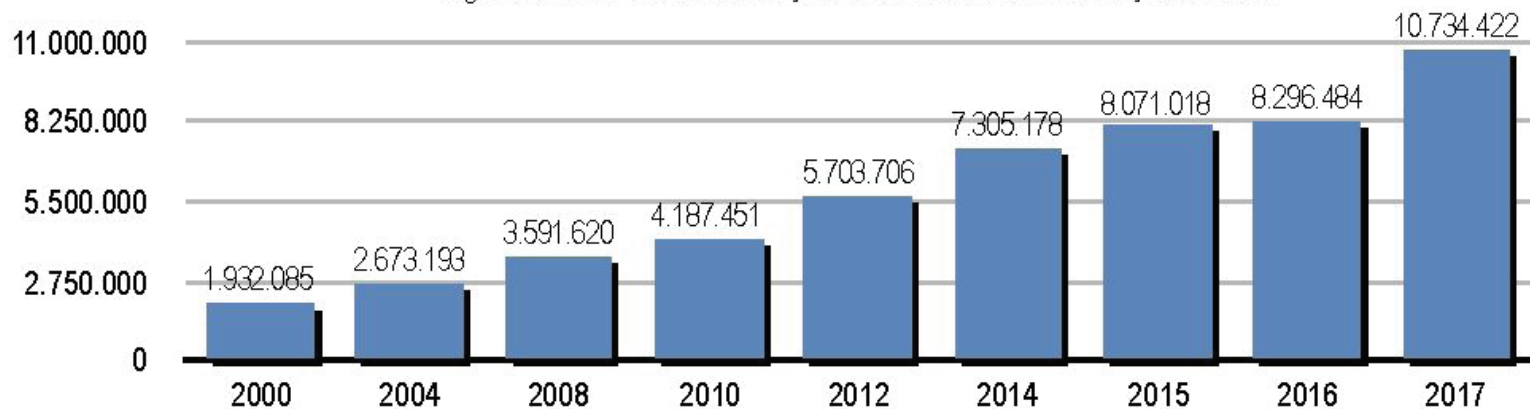
RESULTADOS

Número de Visitantes

Desde 2000, a visitação vem crescendo de 1,9 milhão para mais de 10,7 milhões de visitas em 2017.

Utilizando as classes de uso recreativo e perfil de gastos dos turistas, a demanda de visitantes em 2017 foi agrupada da seguinte forma:

Figura 1. Crescimento da Visitação em Unidades de Conservação Federais



Número de visitantes por segmento

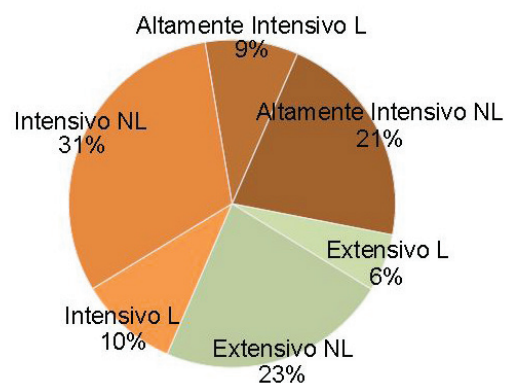
Os visitantes foram divididos em dois segmentos para cada classe de uso recreativo: local e não-local.

Ainda não foi possível coletar dados suficientes para definir um terceiro segmento de visitantes internacionais. Em média, com base na pesquisa, 25% eram locais e 75% não-locais.



Gastos dos Visitantes

Figura 2. Porcentagem da Visitação em cada segmento (L - locais, NL - não locais)



O questionário de despesas dos visitantes coletou informações sobre gastos dentro das UC e no seu entorno durante toda a viagem. Os gastos foram divididos pelo número de dias na região e pelo tamanho do grupo (quando as respostas eram totais de um grupo inteiro). Então, com base na importância da UC para a decisão de visitar a região, apenas a porcentagem informada pelo visitante foi considerada como gasto final, por visita, por dia. As médias das despesas foram organizadas por segmentos em visitas diárias. Em média, os visitantes locais gastaram R\$ 77,85 por visita, e os visitantes não locais responderam por R\$ 235,95. Os visitantes locais gastaram mais dinheiro em refeições, transporte local e atividades. Os não-moradores gastaram mais em hospedagem, refeições, combustível e atividades.

Tabela 1. Perfil de gastos dos Visitantes

Classes de Uso Recreativo (L - locais, NL - não locais)						
Categorias de gastos	Extensiva		Intensiva*		Altamente Intensiva*	
	L	NL	L	NL	L	NL
Acomodação	R\$40,28	R\$93,18	R\$0,00	R\$68,35	R\$0,00	R\$57,85
Alimentação	R\$32,06	R\$49,63	R\$22,39	R\$45,60	R\$14,70	R\$43,85
Combustível	R\$24,61	R\$48,45	R\$19,52	R\$33,59	R\$0,58	R\$46,30
Transporte Local	R\$3,60	R\$12,19	R\$1,28	R\$22,16	R\$23,21	R\$25,54
Atividades	R\$10,86	R\$12,12	R\$23,56	R\$54,35	R\$1,87	R\$46,30
Compras	R\$4,92	R\$12,65	R\$1,75	R\$10,73	R\$0,58	R\$13,88
Outros gastos	R\$6,32	R\$5,28	R\$1,28	R\$3,03	R\$0,00	R\$2,80
Gasto total por visitantes por dia	R\$122,63	R\$233,50	R\$69,98	R\$237,82	R\$40,94	R\$236,54
% da visitação local/não local para cálculo	0,20	0,80	0,24	0,76	0,30	0,70

* Dados de 2015 - Correção pelo IPCA-Brasil (FGV) - Calculadora Cidadão - BCB Abril/15 - Dez/17

C - Contribuições econômicas dos Gastos dos Visitantes - Efeitos Nacionais

Esta seção relata as contribuições econômicas dos gastos dos 10,7 milhões de visitantes para a economia nacional em 2017. Estas contribuições são estimadas pela multiplicação da despesa total dos visitantes pelos multiplicadores econômicos nacionais. As contribuições em nível nacional são maiores do que as de nível local. À medida que a região econômica se expande, o montante de gastos secundários que permanece dentro desse território aumenta. Esse fato resulta em multiplicadores econômicos maiores para regiões maiores e com mais população.

Abaixo são apresentadas as contribuições econômicas diretas em nível nacional. Elas consideram os efeitos diretos das despesas atribuídas, apenas, aos dias em que o visitante esteve na UC. Elas também consideram

uma taxa de captura de 100% com o pressuposto de que todos os bens são produzidos nacionalmente. Nos anexos são apresentados as contribuições e impactos por unidade em nível local. Em perspectiva nacional, coletivamente, os visitantes gastaram R\$ 2 bilhões em 2017, gerando R\$ 801 milhões em Renda Pessoal, R\$ 1 bilhão em Valor Agregado ao PIB e 36.556 empregos diretos. Estes valores consideram apenas as despesas locais, sem considerar o transporte até o destino.

Além disso, as contribuições econômicas totais nacionais consideram os efeitos diretos, os indiretos e os induzidos. Assim, os gastos dos 10,7 milhões de visitantes geraram mais de R\$ 8,6 bilhões em Vendas Totais, R\$ 2,2 bilhões em Renda Pessoal e R\$ 3,1 bilhões em Valor Agregado ao PIB, além de gerar e/ou manter 79.551 empregos, em 2017.

Tabela 2. Contribuições Econômicas dos Gastos dos Visitantes - Efeitos Nacionais

Categorias de Gastos	Vendas	Empregos	Remuneração	Valor Agregado
Acomodação	R\$613.463.081,00	9.693	R\$276.058.386,00	R\$355.808.587,00
Alimentação	R\$432.033.238,00	10.455	R\$177.133.628,00	R\$216.016.619,00
Combustível	R\$207.230.305,00	3.548	R\$8.196.303,00	R\$12.513.953,00
Transporte Local	R\$189.045.563,00	3.236	R\$66.165.947,00	R\$85.070.503,00
Atividades	R\$350.858.702,00	6.007	R\$175.429.351,00	R\$199.989.460,00
Compras	R\$193.174.483,00	3073	R\$84.914.217,00	R\$116.274.634,00
Outros gastos	R\$34.660.196,00	544	R\$13.516.040,00	R\$16.908.799,00
Efeitos Diretos Totais	R\$2.020.465.568,00	36.556	R\$801.413.872,00	R\$1.002.582.555,00
Efeitos Secundários	R\$6.658.383.391,00	42.995	R\$1.455.184.233,00	R\$2.164.663.620,00
Efeitos Totais	R\$8.678.848.959,00	79.551	R\$2.256.598.105,00	R\$3.167.246.175,00

Esse ano, o estudo apresenta também a geração de impostos decorrentes apenas dos efeitos diretos sobre as vendas e remuneração. Assim, foram gerados, em

nível municipal, um total de R\$144 milhões; em estadual, R\$402 milhões e em federal, R\$ 268 milhões; totalizando R\$ 905 milhões em impostos.

Tabela 3. Geração de Impostos sobre Efeitos Diretos de Vendas e Remuneração

Categorias de Gastos	Vendas Diretas	Empregos	Total
Federal (PIS/CONFINS)	R\$194.012.459,00	R\$74.130.783	R\$268.143.242,00
Estadual (ICMS)	R\$356.563.439,00	R\$136.240.357	R\$492.803.797,00
Municipal (ISS)	R\$104.871.599,00	R\$40.070.693	R\$144.942.293,00
Total	R\$655.447.498,00	R\$250.441.834	R\$905.889.333,00

Contribuições econômicas dos Gastos do Visitantes - Efeitos locais e estaduais

Contribuições e impactos econômicos locais por UC são fornecidos nos anexos nas Tabelas 4 e 5, respectivamente. As contribuições econômicas são estimadas multiplicando os gastos totais (locais e não-locais) de visitantes por multiplicadores econômicos locais (Rural, Pequenas Regiões Metropolitanas, Grandes Regiões Metropolitanas ou Estaduais). Os impactos econômicos são estimados multiplicando apenas os gastos dos visitantes não-locais por multiplicadores econô-

micos locais (Rural, Pequenas Regiões Metropolitanas, Grandes Regiões Metropolitanas ou Estaduais).

Contribuições para economias estaduais são fornecidas na Tabelas 6. As contribuições em nível estadual usam apenas multiplicadores estaduais. Para UCs localizadas em mais de um estado, os gastos foram alocados proporcionalmente a cada estado com base na população dos municípios de entrada das UCs.

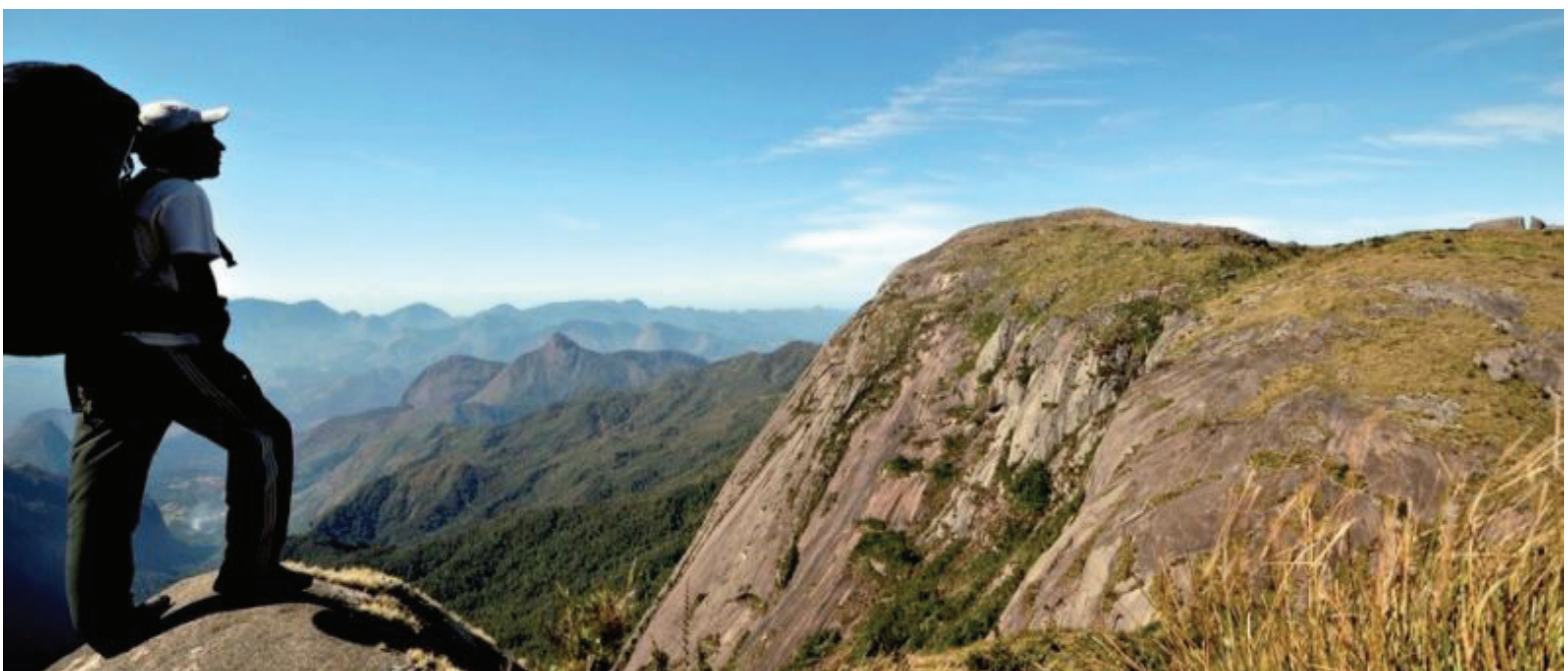
As abreviaturas das categorias de UCs são apresentadas na Tabela 7.



LIMITAÇÕES

As limitações das estimativas baseiam-se na precisão da coleta das três bases de dados: número de visitas, médias de gastos e multiplicadores. O dado mais importante é a estimativa de visitas, seguido pela média dos gastos e distribuição dos visitantes entre os segmentos e depois os multiplicadores (Stynes et al., 2000). Com relação aos números de visitação das UCs, esses dados foram baseados nas informações fornecidas pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP). O número total de visitantes compilados baseia-se em procedimentos de contagem que variam desde vendas de ingresso, contagem de visitantes nos portões de entrada, livro de assinatura de visitantes, agendamentos, informações das empresas de turismo e estimativas. Entre esses métodos de coleta de dados, cada UC utiliza um, ou mais, para compilar o número total de visitantes, dependendo

das configurações e do nível de demanda da UC. A CGEUP vem implementando esforços para ampliar o número de UC que informam dados da visitação, assim como, para padronizar as coletas de dados através da Instrução Normativa ICMBio N.5 01/07/2018. A respeito de gastos dos visitantes, as médias foram baseadas em três UCs representativas das classes de uso recreativo. Com tamanhos de amostra modestos, os gastos dos visitantes, neste estudo, ficaram sujeitos a uma margem de erro de amostragem de 6,5% em média. O objetivo é aumentar o número e tamanho das amostras de UC para os próximos anos. Para evitar a inflação nos gastos totais, a pesquisa diferenciou gastos de visitantes locais e não-locais, considerou visitantes sem despesas, utilizou a definição de região local e identificou viagens com mais de um destino (Crompton, 2010).



REFERÊNCIAS

Crompton, J. (2010). Measuring the Economic Impact of Park and Recreation Services. National Recreation and Park Association, Research Series. Ashburn, VA.

Cullinane Thomas, C., and L. Koontz. (2016). 2015 National Park visitor spending effects: Economic contributions to local communities, states, and the nation. Natural Resource Report NPS/NRSS/EQD/NRR—2016/1200. National Park Service, Fort Collins, Colorado.

Guilhoto, J.J.M. (2015). Sistema de Matrizes de Insumo e Produto para o Brasil - 68 setores. Departamento de Economia. FEA-USP.

Guilhoto, J.J.M., Sesso Filho U.A. (2005). "Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais". Economia Aplicada. Vol. 9. N. 2. pp. 277-299. Abril-Junho.

Guilhoto, J.J.M., Sesso Filho U.A. (2010). "Estimação da Matriz Insumo-Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais: Aplicação e Análise de Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005". Economia & Tecnologia. UFPR/TECPAR. Ano 6, Vol 23, Outubro

ICMBio (2018). Dados da Visitação, 2017. Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza. Brasília, DF, Brasil

Stynes, D., Propst, D., Chang, W., & Sun, Y. (2000). Estimating National Park Visitor Spending and Economic Impacts; The MGM2 Model. Michigan State University

Souza, T.V.S.B. (2016). Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil. University of Florida, Gainesville, FL.

Souza, T.V.S.B; Chidakel, A.; Chang, W. & Child, B.: (2018) Tourism Economic Model for Protected Areas (TEMPA) in press.



Tabela 4. Contribuições Econômicas do Turismo por Unidade de Conservação

Nome	Nº de visitantes	Total de Gastos do Visitantes	Contribuição dos Gastos dos Visitantes				
			Total de Vendas	Total de Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego	Total Impostos
PN da Tijuca	3.295.187	R\$493.759.724,60	R\$1.738.009.413,51	R\$456.470.708,82	R\$649.550.376,31	16.734	R\$244.601.907,00
PN do Iguaçu	1.788.922	R\$265.819.636,48	R\$729.953.238,84	R\$195.284.341,28	R\$292.163.253,56	7.604	R\$144.933.229,00
PN de Jericoacoara	800.000	R\$115.872.625,48	R\$316.045.872,79	R\$86.254.471,44	R\$121.970.170,91	3.636	R\$67.573.918,00
RESEX Marinha Arraial do Cabo	752.207	R\$111.772.000,84	R\$306.931.177,51	R\$82.113.277,44	R\$122.848.980,82	3.197	R\$60.941.611,00
PN Marinho de Fernando de Noronha	482.634	R\$48.337.522,23	R\$105.755.371,92	R\$26.406.504,34	R\$37.813.681,54	1.581	R\$37.728.197,00
PN da Serra da Bocaina	406.066	R\$60.338.190,54	R\$165.691.512,48	R\$44.327.439,28	R\$66.317.907,50	1.726	R\$32.898.280,00
MN Rio São Francisco	318.140	R\$47.273.083,54	R\$129.814.113,42	R\$34.729.161,10	R\$51.958.004,59	1.352	R\$25.774.772,00
APA da Costa dos Corais	265.643	R\$45.133.914,30	R\$160.583.010,08	R\$42.479.064,08	R\$60.637.381,18	1.534	R\$22.194.901,00
PN de Brasília	222.687	R\$37.835.500,93	R\$134.615.814,33	R\$35.609.955,25	R\$50.831.968,10	1.286	R\$18.605.858,00
FN de Carajás	205.066	R\$29.701.919,77	R\$81.012.828,69	R\$22.109.824,30	R\$31.264.918,84	932	R\$17.321.391,00
PN da Chapada dos Guimarães	172.839	R\$29.366.106,44	R\$104.482.357,45	R\$27.638.744,32	R\$39.453.342,74	998	R\$14.440.977,00
PN da Restinga de Jurubatiba	165.437	R\$23.962.024,43	R\$65.357.101,32	R\$17.837.101,24	R\$25.222.973,96	752	R\$13.974.033,00
PN da Serra dos Órgãos	150.091	R\$25.501.121,17	R\$90.731.035,89	R\$24.001.103,76	R\$34.260.737,83	867	R\$12.540.345,00
RESEX Marinha de Soure	150.000	R\$18.501.376,28	R\$44.874.059,52	R\$11.922.259,32	R\$16.684.399,52	585	R\$12.242.276,00
APA Anhatomirim	139.864	R\$17.251.176,61	R\$41.841.769,74	R\$11.116.632,52	R\$15.556.979,03	546	R\$11.415.025,00
PN de Itatiaia	139.616	R\$20.745.831,49	R\$56.969.030,17	R\$15.240.920,84	R\$22.801.812,94	593	R\$11.311.280,00
PN de São Joaquim	119.631	R\$14.755.587,64	R\$35.788.857,43	R\$9.508.478,70	R\$13.306.476,0	467	R\$9.763.705,00
PN de Aparados da Serra	107.472	R\$13.255.866,07	R\$32.151.366,16	R\$8.542.060,36	R\$11.954.038,57	419	R\$8.771.346,00
PN da Serra Geral	98.169	R\$12.108.410,72	R\$29.368.276,99	R\$7.802.641,84	R\$10.919.272,11	383	R\$8.012.080,00

PN dos Lençóis Maranhenses	89.540	R\$12.969.043,61	R\$35.373.434,31	R\$9.654.031,72	R\$13.651.511,38	407	R\$7.563.211,00
PN da Serra da Canastra	89.087	R\$10.988.214,06	R\$26.651.302,27	R\$7.080.788,78	R\$9.909.087,34	348	R\$7.270.851,00
PN da Serra do Cipó	79.357	R\$9.788.091,45	R\$23.740.471,61	R\$6.307.431,55	R\$8.826.825,95	310	R\$6.476.736,00
PN de Ubajara	74.774	R\$10.830.324,62	R\$29.540.017,62	R\$8.061.989,81	R\$11.400.246,95	340	R\$6.315.965,00
PN dos Campos Gerais	73.303	R\$10.892.245,06	R\$29.910.617,83	R\$8.001.985,59	R\$11.971.703,06	312	R\$5.988.795,00
PN da Chapada dos Veadeiros	62.477	R\$6.257.295,13	R\$13.690.039,18	R\$3.418.323,56	R\$4.894.983,32	205	R\$4.883.917,00
PN de Caparaó	62.157	R\$7.666.600,30	R\$18.594.912,78	R\$4.940.345,82	R\$6.913.681,47	243	R\$5.072.954,00
FN de Ipanema	48.898	R\$7.082.424,55	R\$19.317.513,86	R\$5.272.088,93	R\$7.455.121,77	222	R\$4.130.287,00
FN de Brasília	48.332	R\$8.211.819,42	R\$29.217.024,52	R\$7.728.786,85	R\$11.032.573,44	279	R\$4.038.216,00
FN de Tapajós	42.636	R\$5.258.831,19	R\$12.755.002,68	R\$3.388.782,99	R\$4.742.373,72	166	R\$3.479.745,00
FN de Passa Quatro	37.290	R\$4.599.442,14	R\$11.155.691,20	R\$2.963.873,67	R\$4.147.741,72	145	R\$3.043.430,00
PN de Ilha Grande	36.038	R\$5.219.772,10	R\$14.237.076,45	R\$3.885.548,30	R\$5.494.451,27	164	R\$3.044.036,00
PN da Chapada Diamantina	25.571	R\$3.153.991,29	R\$7.649.830,51	R\$2.032.427,29	R\$2.844.245,20	100	R\$2.086.982,00
PN da Serra da Capivara	16.658	R\$2.054.639,51	R\$4.983.413,89	R\$1.324.006,64	R\$1.852.858,18	65	R\$1.359.546,00
PN de Sete Cidades	15.421	R\$1.902.064,82	R\$4.613.352,48	R\$1.225.687,74	R\$1.715.267,50	60	R\$1.258.588,00
FN de Lorena	15.254	R\$2.209.401,29	R\$6.026.204,68	R\$1.644.657,13	R\$2.325.666,23	69	R\$1.288.466,00
PN da Serra do Itajaí	12.761	R\$1.848.313,22	R\$5.041.326,73	R\$1.375.866,64	R\$1.945.576,69	58	R\$1.077.888,00
FN de Três Barras	8.424	R\$1.220.138,75	R\$3.327.963,04	R\$908.259,58	R\$1.284.345,90	38	R\$711.553,00
PN da Serra de Itabaiana	7.899	R\$1.173.728,82	R\$3.223.114,61	R\$862.279,64	R\$1.290.049,28	34	R\$639.954,00
PN de Anavilhanas	7.781	R\$1.351.653,33	R\$4.705.671,82	R\$1.243.034,17	R\$1.751.645,89	47	R\$680.965,00
PN do Monte Roraima	7.014	R\$865.124,35	R\$2.098.311,02	R\$557.484,85	R\$780.162,52	27	R\$572.449,00
PN Cavernas do Peruaçu	6.825	R\$988.538,34	R\$2.696.266,35	R\$735.858,46	R\$1.040.558,02	31	R\$576.490,00
ARIE Mata de Santa Genebra	6.152	R\$1.045.251,86	R\$3.718.926,07	R\$983.768,45	R\$1.404.295,12	36	R\$514.010,00
PN do Pau Brasil	5.396	R\$801.802,85	R\$2.201.788,38	R\$589.044,30	R\$881.264,20	23	R\$437.168,00
PN Marinho dos Abrolhos	5.264	R\$762.441,88	R\$2.079.581,84	R\$567.554,42	R\$802.563,72	24	R\$444.636,00
APA das Nascentes do Rio Vermelho	5.000	R\$742.960,39	R\$2.040.204,21	R\$545.815,70	R\$816.590,25	21	R\$405.085,00
FN de São Francisco de Paula	4.918	R\$606.598,46	R\$1.471.270,83	R\$390.891,14	R\$547.025,85	19	R\$401.383,00
PN do Superagui	4.459	R\$645.845,05	R\$1.761.560,68	R\$480.760,86	R\$679.831,24	20	R\$376.640,00
FN de Goytacazes	4.241	R\$630.179,0	R\$1.730.501,21	R\$462.960,87	R\$692.631,85	18	R\$343.593,00
FN do Araripe-Apodi	3.896	R\$578.914,73	R\$1.589.727,12	R\$425.299,59	R\$636.287,12	17	R\$315.643,00

FN do Araripe-Apodi	3.896	R\$578.914,73	R\$1.589.727,12	R\$425.299,59	R\$636.287,12	17	R\$315.643,00
PN da Amazônia	3.241	R\$469.428,97	R\$1.280.380,84	R\$349.438,43	R\$494.131,65	15	R\$273.759,00
EE do Taim	2.991	R\$444.438,90	R\$1.220.450,16	R\$326.506,95	R\$488.484,29	13	R\$242.322,00
FN de Ritópolis	2.828	R\$409.609,73	R\$1.117.222,16	R\$304.909,56	R\$431.164,55	13	R\$238.874,00
PN do Jaú	2.649	R\$326.734,31	R\$792.475,89	R\$210.547,10	R\$294.646,50	10	R\$216.199,00
PN da Lagoa do Peixe	2.620	R\$323.157,37	R\$783.800,24	R\$208.242,13	R\$291.420,85	10	R\$213.832,00
PN Serra das Confusões	2.565	R\$316.373,53	R\$767.346,42	R\$203.870,63	R\$285.303,23	10	R\$209.343,00
FN de Chapecó	2.076	R\$308.477,15	R\$847.092,79	R\$226.622,68	R\$339.048,27	9	R\$168.191,00
FN de Irajá	1.875	R\$271.576,47	R\$740.732,51	R\$202.158,92	R\$285.867,59	9	R\$158.376,00
FN de Nísia Floresta	1.736	R\$214.122,59	R\$519.342,45	R\$137.980,28	R\$193.094,12	7	R\$141.684,00
FN de Rio Preto	1.523	R\$187.850,64	R\$455.621,28	R\$121.050,67	R\$169.402,27	6	R\$124.300,00
RB de Saltinho	1.408	R\$173.666,25	R\$421.217,84	R\$111.910,27	R\$156.610,90	5	R\$114.914,00
FN de Silvânia	1.371	R\$169.102,58	R\$410.148,90	R\$108.969,45	R\$152.495,41	5	R\$111.894,00
FN de Palmares	1.332	R\$231.384,43	R\$805.546,18	R\$212.790,32	R\$299.857,64	8	R\$116.572,00
RB de Poço das Antas	1.303	R\$160.715,29	R\$389.806,0	R\$103.564,69	R\$144.931,82	5	R\$106.345,00
RB do Córrego do Veado	1.243	R\$153.314,74	R\$371.856,37	R\$98.795,79	R\$138.258,06	5	R\$101.448,00
FN de Pacotuba	1.165	R\$173.109,77	R\$475.367,58	R\$127.175,06	R\$190.265,53	5	R\$94.385,00
APA de Guapimirim	1.160	R\$197.089,10	R\$701.227,93	R\$185.496,0	R\$264.789,07	7	R\$96.920,00
EE Guanabara	1.160	R\$172.366,81	R\$473.327,38	R\$126.629,24	R\$189.448,94	5	R\$93.980,00
PN de Boa Nova	1.100	R\$135.676,76	R\$329.076,44	R\$87.429,90	R\$122.352,26	4	R\$89.777,00
PN do Monte Pascoal	1.097	R\$163.005,51	R\$447.620,80	R\$119.751,96	R\$179.159,90	5	R\$88.876,00
R/S de Boa Nova	1.080	R\$133.209,91	R\$323.093,23	R\$85.840,27	R\$120.127,68	4	R\$88.144,00
RB União	752	R\$111.741,24	R\$306.846,71	R\$82.090,68	R\$122.815,17	3	R\$60.925,00
FN da Restinga de Cabedelo	731	R\$124.200,12	R\$441.894,50	R\$116.894,46	R\$166.862,77	4	R\$61.076,00
EE do Seridó	668	R\$66.902,59	R\$146.373,0	R\$36.548,49	R\$52.336,84	2	R\$52.219,00
PN das Emas	651	R\$94.291,35	R\$257.182,33	R\$70.189,58	R\$99.253,23	3	R\$54.988,00
FN de Canela	589	R\$72.648,74	R\$176.205,47	R\$46.814,74	R\$65.514,08	2	R\$48.071,00
RB Guaribas	585	R\$86.926,37	R\$238.703,89	R\$63.860,44	R\$95.541,06	2	R\$47.395,00
RB da Mata Escura	570	R\$84.697,48	R\$232.583,28	R\$62.222,99	R\$83.091,29	2	R\$46.180,00
ARIE Floresta da Cicuta	565	R\$83.954,52	R\$230.543,08	R\$61.677,17	R\$82.274,70	2	R\$45.775,00
PN das Araucárias	556	R\$82.617,20	R\$226.870,71	R\$60.694,71	R\$80.804,84	2	R\$45.045,00
EE de Tamoios	449	R\$66.717,84	R\$183.210,34	R\$49.014,25	R\$73.329,80	2	R\$36.377,00

FN de Pirai do Sul	411	R\$61.071,34	R\$167.704,79	R\$44.866,05	R\$67.123,72	2	R\$33.298,00
RDS Nascentes Gerazeiras	400	R\$49.337,0	R\$119.664,16	R\$31.792,69	R\$44.491,73	2	R\$32.646,00
PN da Serra da Bodoquena	391	R\$56.632,75	R\$154.467,42	R\$42.156,87	R\$59.612,92	2	R\$33.027,00
EE de Pirapitinga	369	R\$36.956,67	R\$80.855,75	R\$20.189,21	R\$28.910,62	1	R\$28.845,00
PN da Furna Feia	338	R\$50.224,12	R\$137.917,80	R\$36.897,14	R\$55.201,50	1	R\$27.384,00
FN de Ibirama	266	R\$32.809,11	R\$79.576,67	R\$21.142,14	R\$29.587,0	1	R\$21.710,00
RVS do Rio dos Frades	261	R\$38.782,53	R\$106.498,66	R\$28.491,58	R\$42.626,01	1	R\$21.145,00
PN Grande Sertão Veredas	237	R\$34.327,27	R\$93.628,59	R\$25.552,89	R\$36.133,66	1	R\$20.019,00
FN de Passo Fundo	233	R\$28.738,80	R\$69.704,37	R\$18.519,24	R\$25.916,43	1	R\$19.016,00
RB do Jaru	210	R\$31.204,34	R\$85.688,58	R\$22.924,26	R\$34.296,79	1	R\$17.014,00
EE de Aracuri-Esmeralda	203	R\$20.331,18	R\$44.481,62	R\$11.106,80	R\$15.904,76	1	R\$15.869,00
RESEX Marinha Pirajubaé	146	R\$21.694,44	R\$59.573,96	R\$15.937,82	R\$23.844,44	1	R\$11.828,00
PN das Sempre-Vivas	127	R\$18.871,19	R\$51.821,19	R\$13.863,72	R\$20.741,39	1	R\$10.289,00
FN de Sobral	125	R\$18.574,01	R\$51.005,11	R\$13.645,39	R\$20.414,76	1	R\$10.127,00
ARIE Serra da Abelha	120	R\$14.801,10	R\$35.899,25	R\$9.537,81	R\$13.347,52	0	R\$9.794,00
PN Matinguari	112	R\$19.029,29	R\$67.704,77	R\$17.909,96	R\$25.565,84	1	R\$9.358,00
EE Raso da Catarina	82	R\$12.184,55	R\$33.459,35	R\$8.951,38	R\$13.392,08	0	R\$6.643,00
RVS do Arquipélago de Alcatrazes	80	R\$11.887,37	R\$32.643,27	R\$8.733,05	R\$13.065,44	0	R\$6.481,00
RB das Perobas	77	R\$11.441,59	R\$31.419,14	R\$8.405,56	R\$12.575,49	0	R\$6.238,00
EE de Taiamã	40	R\$4.933,70	R\$11.966,42	R\$3.179,27	R\$4.449,17	0	R\$3.265,00
PN do Cabo Orange	36	R\$4.440,33	R\$10.769,77	R\$2.861,34	R\$4.004,26	0	R\$2.938,00
RB do Córrego Grande	25	R\$3.083,56	R\$7.479,01	R\$1.987,04	R\$2.780,73	0	R\$2.040,00



Tabela 5. Impactos Econômicos do Turismo por Unidade de Conservação

Nome	NP de Visitantes não locais	Total de Gastos dos Visitantes não locais	Impactos dos Gastos dos Visitantes não locais				
			Total de Vendas	Total de Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego	Total Impostos
PN da Tijuca	2.306.631	R\$458.184.595,92	R\$1.608.349.243,06	R\$423.210.141,67	R\$603.664.195,9	15.500	R\$227.836.687,00
PN do Iguazu	1.359.581	R\$242.668.279,22	R\$668.083.179,24	R\$178.953.099,53	R\$266.600.263,83	6.980	R\$132.590.891,00
PN de Jericoacoara	640.000	R\$101.916.918,42	R\$278.198.836,31	R\$75.962.107,85	R\$107.208.455,11	3.204	R\$59.664.393,00
RESEX Mainha Arraial do Cabo	571.677	R\$102.037.304,2	R\$280.916.017,59	R\$75.246.307,07	R\$112.100.239,5	2.935	R\$55.751.898,00
PN Marinho de Fernando de Noronha	386.107	R\$42.412.972,27	R\$92.914.758,49	R\$23.264.882,06	R\$33.117.059,69	1.395	R\$33.321.358,00
PN da Serra da Bocaina	308.610	R\$55.083.082,14	R\$151.647.676,23	R\$40.620.423,54	R\$60.515.384,53	1.584	R\$30.096.702,00
MN Rio São Francisco	241.786	R\$43.155.870,6	R\$118.811.207,33	R\$31.824.830,31	R\$47.411.909,48	1.241	R\$23.579.824,00
APA da Costa dos Corais	201.889	R\$41.290.482,25	R\$147.308.514,49	R\$39.003.284,98	R\$55.582.062,59	1.405	R\$20.326.457,00
PN de Brasília	169.242	R\$34.613.573,94	R\$123.487.880,97	R\$32.696.229,61	R\$46.594.123,59	1.178	R\$17.039.552,00
FN de Carajás	164.053	R\$26.124.618,49	R\$71.311.403,21	R\$19.471.557,01	R\$27.481.011,32	821	R\$15.293.923,00
PN da Chapada dos Guimarães	132.350	R\$21.076.036,54	R\$67.530.476,1	R\$15.708.679,05	R\$22.170.306,48	663	R\$12.338.373,00
PN da Restinga de Jurubatiba	131.358	R\$26.865.400,79	R\$95.845.387,74	R\$25.377.249,81	R\$36.164.130,49	914	R\$13.225.285,00
PN da Serra dos Órgãos	120.000	R\$16.238.024,59	R\$39.434.048,55	R\$10.490.421,56	R\$14.623.908,51	515	R\$10.807.914,00
RESEX Mainha de Soure	114.069	R\$23.329.542,93	R\$33.230.810,7	R\$22.037.253,18	R\$31.404.431,35	794	R\$11.484.655,00
APA Anhatominim	111.891	R\$15.140.767,14	R\$36.769.358,44	R\$9.781.548,81	R\$13.635.722,26	481	R\$10.077.588,00
PN de Itatiaia	106.108	R\$18.938.989,22	R\$62.140.395,81	R\$13.966.352,89	R\$20.806.755,37	545	R\$10.348.025,00
PN de São Joaquim	95.705	R\$12.950.474,13	R\$31.450.231,08	R\$8.366.530,81	R\$11.663.152,0	411	R\$8.619.744,00
PN de Aparados da Serra	85.978	R\$11.634.219,86	R\$28.253.707,1	R\$7.516.177,24	R\$10.477.737,97	369	R\$7.743.655,00
PN da Serra Geral	78.535	R\$10.627.137,57	R\$25.808.007,41	R\$6.865.581,3	R\$9.570.763,16	337	R\$7.073.348,00
PN dos Lençóis Maranhenses	71.632	R\$11.407.051,09	R\$31.137.404,75	R\$8.502.058,92	R\$11.999.306,34	359	R\$6.677.937,00
PN da Serra da Canastra	71.270	R\$9.643.979,31	R\$23.420.407,22	R\$6.230.401,24	R\$8.685.334,25	306	R\$6.418.965,00
PN da Serra do Cipó	63.486	R\$8.590.672,78	R\$20.862.451,94	R\$5.549.922,56	R\$7.736.730,05	273	R\$5.717.891,00
PN de Ubajara	59.819	R\$9.525.919,57	R\$26.002.548,73	R\$7.099.988,32	R\$10.020.506,28	299	R\$5.576.682,00
PN dos Campos Gerais	55.710	R\$9.943.593,33	R\$27.375.425,7	R\$7.332.795,42	R\$10.924.232,1	286	R\$5.483.054,00
PN da Chapada dos Veadeiros	49.982	R\$5.490.361,78	R\$12.027.821,14	R\$3.011.640,37	R\$4.287.005,35	181	R\$4.313.452,00
PN de Caparaó	49.726	R\$6.728.712,63	R\$16.340.681,04	R\$4.347.020,89	R\$6.059.855,21	214	R\$4.478.584,00
FN de Ipanema	39.118	R\$6.229.416,85	R\$17.004.208,37	R\$4.642.938,94	R\$6.552.848,8	196	R\$3.646.837,00

FN de Brasília	36.732	R\$7.512.532,19	R\$26.801.817,18	R\$7.096.391,66	R\$10.112.791,41	256	R\$3.698.265,00
FN de Tapajós	34.109	R\$4.615.496,11	R\$11.208.733,96	R\$2.961.797,42	R\$4.156.699,75	146	R\$3.072.042,00
FN de Passa Quatro	29.832	R\$4.036.772,91	R\$9.803.304,47	R\$2.607.916,8	R\$3.635.503,66	128	R\$2.686.846,00
PN de Ilha Grande	28.830	R\$4.591.102,38	R\$12.532.162,08	R\$3.421.903,05	R\$4.829.472,88	144	R\$2.687.732,00
PN da Chapada Diamantina	20.457	R\$2.768.150,18	R\$6.722.453,7	R\$1.788.337,13	R\$2.492.986,43	88	R\$1.842.461,00
PN da Serra da Capivara	13.326	R\$1.803.286,76	R\$4.379.282,54	R\$1.164.936,28	R\$1.624.033,79	57	R\$1.200.255,00
PN de Sete Cidades	12.337	R\$1.669.377,18	R\$4.054.083,08	R\$1.078.485,27	R\$1.503.435,29	53	R\$1.111.126,00
FN de Lorena	12.203	R\$1.943.300,84	R\$5.304.556,31	R\$1.448.407,49	R\$2.044.197,22	61	R\$1.137.651,00
PN da Serra do Itajaí	10.209	R\$1.625.702,24	R\$4.437.619,19	R\$1.211.690,57	R\$1.710.108,87	51	R\$951.722,00
FN de Três Barras	6.739	R\$1.073.185,15	R\$2.929.433,75	R\$799.881	R\$1.128.905,03	34	R\$628.266,00
PN da Serra de Itabaiana	6.225	R\$1.191.934,57	R\$4.140.505,3	R\$1.096.086,95	R\$1.543.888,33	42	R\$601.499,00
PN de Anavilhanas	6.003	R\$1.071.503,81	R\$2.940.926,85	R\$790.168,9	R\$1.177.175,69	31	R\$585.456,00
PN do Monte Forquilha	5.611	R\$759.290,03	R\$1.848.936,11	R\$490.532,11	R\$683.813,96	24	R\$505.378,00
PN Cavernas do Penaçu	5.460	R\$869.478,71	R\$2.373.383,82	R\$648.051,73	R\$914.622,13	27	R\$509.012,00
ARIE Mata de Santa Genebra	4.676	R\$956.242,2	R\$3.411.503,34	R\$903.273,22	R\$1.287.219,5	33	R\$470.738,00
PN do Pau Brasil	4.211	R\$670.613,32	R\$1.830.548,34	R\$499.830,67	R\$705.431,63	21	R\$392.592,00
PN Marinho dos Abrohos	4.101	R\$731.970,45	R\$2.015.167,14	R\$539.783,69	R\$804.157,49	21	R\$399.939,00
APA das Nascentes do Rio Vermelho	3.934	R\$532.390,7	R\$1.292.911,01	R\$343.945,95	R\$479.469,21	17	R\$354.355,00
FN de São Francisco de Paula	3.800	R\$678.252,82	R\$1.867.278,67	R\$500.170,21	R\$745.142,22	20	R\$370.589,00
PN do Superagui	3.567	R\$568.059,42	R\$1.550.610,76	R\$423.393,8	R\$597.553,13	18	R\$332.554,00
FN de Goytacazes	3.223	R\$575.294,0	R\$1.583.825,77	R\$424.244,37	R\$632.029,64	17	R\$314.333,00
FN do Araripe-Apodi	2.961	R\$528.494,6	R\$1.454.983,54	R\$389.732,63	R\$580.614,82	15	R\$288.763,00
PN da Amazônia	2.593	R\$412.890,92	R\$1.127.053,04	R\$307.741,49	R\$494.328,25	13	R\$241.715,00
EE do Taim	2.273	R\$405.730,84	R\$1.117.006,1	R\$299.201,82	R\$445.744,08	12	R\$221.686,00
FN de Ritópolis	2.262	R\$360.276,31	R\$983.432,89	R\$268.526,05	R\$378.981,89	11	R\$210.914,00
PN do Jaú	2.119	R\$286.763,51	R\$696.405,3	R\$185.260,84	R\$258.258,22	9	R\$190.868,00
PN da Lagoa do Peixe	2.096	R\$283.624,16	R\$688.781,38	R\$183.232,7	R\$255.430,94	9	R\$188.778,00
PN Serra das Confusões	2.052	R\$277.670,22	R\$674.322,23	R\$179.386,21	R\$250.068,84	9	R\$184.815,00
FN de Chapecó	1.578	R\$281.610,57	R\$775.294,1	R\$207.670,67	R\$309.383,05	8	R\$153.868,00
FN de Irati	1.500	R\$238.867,78	R\$652.028,52	R\$178.036,19	R\$251.288,82	8	R\$139.838,00
FN de Nísia Floresta	1.389	R\$187.928,07	R\$456.383,39	R\$121.409,15	R\$169.247,37	6	R\$125.084,00
FN de Rio Preto	1.218	R\$164.870,08	R\$400.387,04	R\$106.512,75	R\$148.481,42	5	R\$109.736,00

RB de Saltinho	1.126	R\$152.420,92	R\$370.154,27	R\$98.470,09	R\$137.269,75	5	R\$101.450,00
FN de Silvânia	1.097	R\$148.415,54	R\$360.427,20	R\$95.882,45	R\$133.662,52	5	R\$98.784,00
FN de Palmares	1.066	R\$204.042,78	R\$710.338,14	R\$187.635,33	R\$264.292,41	7	R\$102.968,00
RB de Poço das Antas	1.042	R\$141.054,31	R\$342.550,4	R\$91.126,8	R\$127.033,02	4	R\$93.885,00
RB do Córrego do Veado	994	R\$134.559,1	R\$326.776,82	R\$86.930,63	R\$121.183,46	4	R\$89.562,00
FN de Pacotuba	885	R\$158.032,91	R\$435.075,93	R\$116.539,66	R\$173.618,14	5	R\$86.347,00
APA de Guapimirim	882	R\$180.305,75	R\$643.261,36	R\$170.318,1	R\$242.713,69	6	R\$88.761,00
EE Guanabara	882	R\$157.354,65	R\$433.208,65	R\$116.039,49	R\$172.873	5	R\$85.977,00
PN de Boa Nova	880	R\$119.078,85	R\$289.183,02	R\$76.929,76	R\$107.242	4	R\$79.258,00
PN do Monte Pascoal	864	R\$116.913,78	R\$283.925,15	R\$75.531,04	R\$105.292,14	4	R\$77.817,00
R/S de Boa Nova	834	R\$148.808,67	R\$409.680,94	R\$109.737,34	R\$163.484,2	4	R\$81.307,00
RB União	572	R\$102.009,22	R\$280.838,71	R\$75.225,6	R\$112.069,39	3	R\$55.737,00
FN da Restinga de Cabedelo	556	R\$113.623,71	R\$405.365,56	R\$107.329,77	R\$152.951,47	4	R\$55.935,00
EE do Seridó	534	R\$58.702,59	R\$128.600,7	R\$32.200,26	R\$45.836,38	2	R\$46.119,00
PN das Emas	521	R\$82.934,89	R\$226.384,3	R\$61.814,17	R\$87.240,88	3	R\$48.552,00
FN de Canela	471	R\$63.761,31	R\$154.844,36	R\$41.192,39	R\$57.423,21	2	R\$42.439,00
RB Guaribas	445	R\$79.355,58	R\$218.471,6	R\$58.519,91	R\$87.181,64	2	R\$43.359,00
RB da Mata Escura	433	R\$77.320,82	R\$212.869,77	R\$57.019,4	R\$84.946,21	2	R\$42.247,00
ARIE Floresta da Cicuta	429	R\$76.642,57	R\$211.002,49	R\$56.519,23	R\$84.201,07	2	R\$41.877,00
PN das Araucárias	423	R\$75.421,71	R\$207.641,39	R\$55.618,93	R\$82.859,82	2	R\$41.209,00
EE de Tamoios	341	R\$60.907,1	R\$167.681,62	R\$44.915,29	R\$66.913,77	2	R\$33.279,00
FN de Pirai do Sul	320	R\$43.301,4	R\$105.157,46	R\$27.974,46	R\$38.997,09	1	R\$28.821,00
RDS Nascentes Geraizeiras	313	R\$49.811,9	R\$135.969,68	R\$37.126,46	R\$52.398,13	2	R\$29.161,00
PN da Serra da Bodoquena	312	R\$55.752,38	R\$153.490,31	R\$41.113,99	R\$61.250,69	2	R\$30.462,00
EE de Pirapitinga	295	R\$32.427,03	R\$71.038,4	R\$17.787,27	R\$25.319,8	1	R\$25.476,00
PN da Fuma Feia	257	R\$45.849,89	R\$126.228,04	R\$33.811,51	R\$60.371,61	1	R\$25.052,00
FN de Ibirama	213	R\$28.795,43	R\$69.929,71	R\$18.603,01	R\$25.933,1	1	R\$19.166,00
R/S do Rio dos Frades	198	R\$35.404,8	R\$97.471,95	R\$26.108,89	R\$38.896,42	1	R\$19.345,00
PN Grande Sertão Veredas	190	R\$30.192,89	R\$82.416,41	R\$22.503,77	R\$31.760,5	1	R\$17.676,00
FN de Passo Fundo	186	R\$25.223,06	R\$61.254,22	R\$16.295,12	R\$22.715,8	1	R\$16.788,00
RB do Jarú	162	R\$17.839,26	R\$89.080,74	R\$9.785,41	R\$13.929,32	1	R\$14.015,00
EE de Aracuri-Esmeralda	160	R\$28.486,62	R\$78.425,7	R\$21.007,15	R\$31.295,97	1	R\$15.565,00

RESEX Matinha Pirajubaé	111	R\$19.804,98	R\$4.524,54	R\$14.604,97	R\$21.758,15	1	R\$10.821,00
PN das Sempre-Vivas	97	R\$17.227,62	R\$47.428,88	R\$12.704,32	R\$18.926,61	0	R\$9.413,00
FN de Sobral	96	R\$12.990,42	R\$31.547,24	R\$8.392,34	R\$11.699,13	0	R\$8.646,00
ARIE Serra da Abelha	95	R\$16.956,32	R\$46.681,97	R\$12.504,26	R\$18.628,56	0	R\$9.265,00
PN Matinguari	85	R\$17.408,83	R\$62.107,99	R\$16.444,51	R\$23.434,43	1	R\$8.570,00
EE Raso da Catarina	62	R\$11.123,35	R\$30.623,37	R\$8.202,79	R\$12.220,33	0	R\$6.078,00
R/S do Arquipélago de Alcatrazes	61	R\$10.852,05	R\$29.876,46	R\$8.002,72	R\$11.922,28	0	R\$5.929,00
RB das Perobas	59	R\$10.445,09	R\$28.756,09	R\$7.702,62	R\$11.475,19	0	R\$5.707,00
EE de Tajamã	32	R\$4.330,14	R\$10.515,75	R\$2.797,45	R\$3.899,71	0	R\$2.882,00
PN do Cabo Orange	29	R\$3.897,13	R\$9.464,17	R\$2.517,7	R\$3.509,74	0	R\$2.594,00
RB do Córrego Grande	20	R\$2.706,34	R\$6.572,34	R\$1.748,4	R\$2.437,32	0	R\$1.801,00



Tabela 6. Contribuições Econômicas do Turismo por Estado

Estado	Total de Gastos do Visitantes não locais	Impactos dos Gastos dos Visitantes não locais				
		Total de Vendas	Total de Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego	Total Impostos
AL	R\$65.133.667,00	R\$231.740.598	R\$61.302.399	R\$87.507.034	2.214	R\$32.029.911,00
AM	R\$2.012.292	R\$7.005.894	R\$1.850.658	R\$2.607.949	71	R\$1.013.754,00
AP	R\$6.254	R\$21.772	R\$5.751	R\$8.104	0	R\$3.151,00
BA	R\$34.476.970	R\$122.226.652	R\$32.325.169	R\$46.046.334	1.178	R\$17.023.513,00
CE	R\$152.641.956	R\$531.462.898	R\$140.390.329	R\$197.845.540	5.357	R\$76.892.964,00
DF	R\$46.047.320	R\$163.832.839	R\$43.338.742	R\$61.864.542,00	1.565	R\$22.644.074,00
ES	R\$7.341.914	R\$25.630.549	R\$6.771.699,00	R\$9.558.288	257	R\$3.687.802,00
GO	R\$12.028.895,00	R\$41.942.619	R\$11.060.548	R\$15.628.999	421	R\$6.049.939,00
MA	R\$15.554.175	R\$54.150.605	R\$14.304.238	R\$20.157.097,00	546	R\$7.836.211,00
MG	R\$42.554.156	R\$148.157.913	R\$39.137.045,00	R\$55.152.771	1.493	R\$21.437.406,00
MS	R\$92.800	R\$323.077	R\$85.343,00	R\$120.263	3	R\$46.753,00
MT	R\$29.373.055	R\$104.506.548	R\$27.645.134,00	R\$39.462.347	998	R\$14.444.478,00
PA	R\$69.451.574	R\$241.790.039	R\$63.870.430,00	R\$90.004.264	2.438	R\$34.989.783,00
PB	R\$223.594	R\$795.531	R\$210.442,00	R\$300.399	8	R\$109.954,00
PE	R\$84.083.920	R\$292.731.371	R\$77.326.918,00	R\$108.966.737	2.951	R\$42.361.576,00
PI	R\$6.249.464	R\$21.757.004	R\$5.747.256,00	R\$8.098.858	219	R\$3.148.487,00
PR	R\$323.843.659	R\$1.151.647.824	R\$304.636.113,00	R\$434.733.575	11.015	R\$159.340.914,00
RJ	R\$762.537.630	R\$2.692.084.689	R\$708.814.801,00	R\$1.009.275.419	25.902	R\$377.124.085,00
RN	R\$475.031	R\$1.658.177	R\$438.095,00	R\$618.339	17	R\$238.630,00
RO	R\$51.284	R\$182.464	R\$48.267,00	R\$68.900	2	R\$25.219,00
RR	R\$1.218.416	R\$4.241.818	R\$1.120.504,00	R\$1.578.980	48	R\$613.839,00
RS	R\$11.689.388	R\$40.738.837	R\$10.762.216,00	R\$15.175.280	410	R\$5.882.451,00
SC	R\$75.505.455	R\$262.913.871	R\$69.451.350,00	R\$97.878.860	2.650	R\$38.032.548,00
SE	R\$7.828.481	R\$27.853.136	R\$7.367.997,00	R\$10.517.559	266	R\$3.849.707,00
SP	R\$19.282.364	R\$67.754.739	R\$17.908.843,00	R\$25.376.376	668	R\$9.616.568,00

Tabela 7. de Abreviações das Categorias das UC

Nome	Abreviação
Área de Proteção Ambiental	APA
Área de Relevante Interesse Ecológico	ARIE
Estação Ecológica	EE
Floresta Nacional	FN
Monumento Natural	MN
Parque Nacional	PN
Refúgio de Vida Silvestre	RVS
Reserva Biológica	RB
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS
Reserva Extrativista	RESEX





 [@icmbio](https://twitter.com/icmbio)

 facebook.com/icmbio

 youtube.com/canalicmbio

 [@icmbio](https://instagram.com/icmbio)

www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO
FEDERAL